



Mário Abrantes

2 de abril, duas datas

Desde 2 de abril de 1546, passaram já 479 anos da fundação da maior cidade dos Açores, Ponta Delgada, que daqui saudamos efusivamente, esperançados de que ela se afirme como polo urbano de desenvolvimento determinante, mas não centralizador, da nossa vida e da sua qualidade, a qual desejamos projetável e extensível às 24 freguesias do concelho.

E precisamente o seu nome, Ponta Delgada, deriva de uma estrutura costeira descrita por Gaspar Frutuoso e localizada na jovem freguesia de Ponta Delgada, Santa Clara, que abrange uma zona da cidade mais periférica, antes pertencente à freguesia de S. José e remetida durante dezenas de anos ao abandono e à condição de lixo suburbana, contrariando de forma clara os desejáveis objetivos de desenvolvimento atrás enunciados.

Desde a fundação desta nova freguesia, atalhando, inovando e retificando caminhos em direção àqueles objetivos, muito já foi feito, na maior parte dos casos com a ativa participação (e muita pressão...) por parte dos santaclarenses e dos seus órgãos autárquicos. A título de exemplo, de momento e no interesse de toda a cidade, após desencadeada pela freguesia uma longa luta cidadã, estão finalmente encaminhados positivamente dois importantíssimos investimentos: a preservação física de valor patrimonial imenso da estrutura edificada da antiga fábrica de açúcar e a requalificação urbana dos respetivos terrenos, assim como a requalificação da orla marítima da freguesia.

Mas 2 de abril representa igualmente uma outra data histórica, esta no interesse geral de todos os portugueses: 2 de abril de 1976. Trata-se do aniversário da promulgação da Constituição da República, conhecida por muitos, aliás com toda a propriedade, como a Constituição de Abril.

Esta lei fundamental, apesar de objeto de sete revisões posteriores de que foi alvo, e que a amputaram de alguns dos seus preceitos no sentido menos avançada,

continua a ser uma Constituição que é necessário defender, exercer, divulgar, aplicar e cumprir, porque reflete no essencial as conquistas alcançadas pelo povo português com a revolução iniciada em 25 de abril de 1974, integrando no seu texto a consagração das liberdades fundamentais e de direitos, como a educação, a saúde, a proteção social, o trabalho ou a habitação, todos eles ignorados de forma criminoso e sistemática pela ditadura salazarista durante o período de 48 anos que precedeu aquela revolução.

Em 2 de abril de 1976, com exceção do CDS, esta Constituição foi aprovada por uma esmagadora maioria dos legítimos representantes do Povo Português, eleitos por voto universal direto e secreto, sistema este pela primeira vez utilizado no real sentido da palavra, após a ditadura de Salazar e Caetano.

Sem Abril e a sua Constituição, na época atual, Portugal nem seria livre, nem democrático... nem português. Sem Abril e a sua Constituição, os Açores e a Madeira não teriam um autogoverno com um Estatuto próprio, aproximando os dois arquipélagos portugueses dos patamares nacionais e europeus, depois de estarem décadas votados ao abandono e ao isolamento.

É sempre bom lembrar que, ao contrário do que têm feito os partidos hoje no poder, furtando-se a respeitar a Constituição, os governos nascidos da Revolução não cortaram reformas, instituíram-nas! Não congelaram salários, subiram-nos! Não controlaram a informação, libertaram-na! Não perseguiram sindicalistas, fomentaram a sindicalização! Não subiram as rendas e o preço das casas, construíram-nas! Não encerraram escolas, abriram-nas! Não instituíram propinas, acabaram com elas! Não fecharam hospitais, urgências, centros de saúde ou maternidades, criaram um Serviço de Saúde universal e gratuito! Não aumentaram as desigualdades, redistribuíram riqueza! Não privatizaram, nacionalizaram! Não mandaram jovens para a guerra, decretaram a paz!



Tomás Quental Mota Vieira

Palhaçada política

O Partido Popular Monárquico (PPM) desvinculou-se da Aliança Democrática (AD) no domínio nacional, na qual estava coligado com o Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP). Mas não saiu de mansinho, pois resolveu fazer uma maldade ao PSD, quer no plano nacional, quer quanto aos Açores. O PSD está mesmo tramado...

É que o candidato a primeiro-ministro pelo PPM é, nem mais nem menos, o dr. Paulo Estêvão, que é, obviamente, imbatível em eleições... O PPM com essa extraordinária solução tem as eleições legislativas nacionais antecipadas de 18 de Maio mais do que ganha... O dr. Luís Montenegro, recandidato a primeiro-ministro, que se amanha, não quis satisfazer, pelos vistos, exigências do PPM e o PPM avançou com um candidato de extraordinária qualidade política e não menor competência técnica.

Acontece que o dr. Paulo Estêvão é actualmente secretário regional dos Assuntos Parlamentares e das Comunidades. Desconheço se ele domina as questões dos Assuntos Parlamentares. Quanto à problemática das Comunidades açorianas emigradas por vários países e continentes, penso que está a aprender alguma coisa, com a ajuda do diretor regional, dr. José Andrade.

Ora, como ele vai de certeza para chefe do Governo nacional, deixará a função de secretário regional dos Assuntos Parlamentares e das Comunidades. Logo, o presidente do Governo Regional dos Açores, dr. José Manuel Bolieiro, vai ter que nomear outra personalidade para o cargo, de preferência açoriana.

Se, por acaso, o dr. Paulo Estêvão não for para primeiro-ministro, fará uma greve de fome, chateado, como já fez em outras ocasiões e por motivos diferentes. Mas ele vai ser mesmo primeiro-ministro e ficará mais perto da sua terra natal, que é Serpa, que visitará assim mais vezes.

Que me desculpem, mas essa situação de o dr. Paulo Estêvão ser candidato a primeiro-ministro ao mesmo tempo que é secretário regional é uma palhaçada pegada. Não encontro outra expressão para classificar isso. Se quer ser candidato a primeiro-ministro, embora não estando inscrito nas listas de candidatos a deputados do PPM à Assembleia da República, então que se demita da função que exerce no Governo Regional, onde, de resto, não faz grande falta.

O presidente do Governo Regional, ao comentar essa situação de o dr. Paulo Estêvão ser candidato a primeiro-ministro, tentou disfarçar, mas manifestou algum embaraço, expondo argumentos pouco convincentes. O dr. José Manuel Bolieiro, que lidera um executivo regional de coligação PSD-CDS-PPM, a AD continua a funcionar nos Açores, não deveria aceitar a confusão política que se instalou.

A política agora parece que é peta durante todo o ano. É cada uma! Vamos ter o dr. Paulo Estêvão no Continente a fazer campanha eleitoral contra, nomeadamente, o PSD e o CDS-PP, partidos parceiros do PPM na governação nos Açores. Isso faz algum sentido? É de rir, no mínimo. Essa situação faz lembrar aquela famosa cena teatral protagonizada pela saudosa e talentosa atriz Ivone Silva, em que ora era "Olívia patroa", ora era "Olívia costureira"...

O dr. Paulo Estêvão não vê qualquer incoerência em ficar com um pé na política nacional e um pé na política regional defendendo projetos diferentes e até destaca que nos Açores a coligação PSD-CDS-PPM vai manter-se nas eleições legislativas nacionais. Enfim! Não vale a pena dizer mais nada, os eleitores que resolvam o assunto.

Como o dr. Paulo Estêvão vai ser o próximo primeiro-ministro, só me resta desejar-lhe as maiores felicidades políticas e governativas, a bem de Portugal...